

DE LUGAR MAIS VIOLENTO DO MUNDO A LUGAR DO SAMBA – CARNAVAL E IDENTIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE

Enderson Albuquerque¹

Ana Beatriz Barbosa da Silva²

RESUMO: Originadas em grande parte a partir de loteamentos periféricos, as correlações feitas à Baixada Fluminense na década de 1970, a associava aos grupos de extermínio, à pobreza, a “lugar longe”, “roça” etc. Em contraposição a essas concepções negativas, na segunda metade desta década pôde se somar um aspecto cultural advindo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, quando esta se tornou a primeira agremiação carnavalesca fora da capital a vencer o carnaval. Nesse sentido, o artigo em questão almeja discutir a natureza da identidade construída em torno dessa agremiação para o conjunto dos municípios baixadianos. Para atingir esse objetivo, optamos pela pesquisa documental com o propósito de reunir informações acerca do nosso objeto de estudo, contextualizando, assim, a gênese da formação identitária positiva na região. Nossa análise apontou que em um contexto no qual as geografias imaginativas referentes à Baixada Fluminense eram majoritariamente negativas, a instituição carnavalesca em questão passou a ser um atributo positivo associado à região e, assim, forjou uma identidade para além de seu município sede.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Baixada Fluminense; Beija-Flor de Nilópolis; Carnaval.

FROM THE MOST VIOLENT PLACE IN THE WORLD TO THE PLACE OF SAMBA - CARNAVAL AND IDENTITY IN BAIXADA FLUMINENSE

ABSTRACT: Mostly originated from peripheral subdivisions, the correlations made to the Baixada Fluminense in the 1970s, associated it with death squads, poverty, the “place far away”, “roça” etc. In addition to these negative conceptions, in the second half of this decade, a cultural aspect could be added, arising from the Beija-Flor Samba School in Nilópolis, when this became the first carnival group outside the capital to win the carnival. In this sense, the article in question aims to discuss the nature of the identity built around this association for the set of municipalities in Baixada. To achieve this goal, we opted for documentary research with the purpose of gathering information about our object of study, thus contextualizing the genesis of positive identity formation in the

¹ Doutor em Geografia pelo PPGEU da UERJ – endersonalbuquerque@yahoo.com.br

² Psicóloga Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pela Universidade Celso Lisboa – beatrizbarbosasillva@gmail.

region. Our analysis pointed out that in a context in which the imaginative geographies referring to the Baixada Fluminense were mostly negative, the carnival institution in question became a positive attribute associated with the region and, thus, forged an identity beyond its home municipality.

KEYWORDS: Identity; Baixada Fluminense; Beija-Flor of Nilópolis; Carnival.

DEL LUGAR MÁS VIOLENTO DEL MUNDO AL LUGAR DE SAMBA: CARNAVAL E IDENTIDAD EN EL BAIXADA FLUMINENSE

RESUMEN: En su mayoría provenían de subdivisiones periféricas, las correlaciones realizadas con la Baixada Fluminense en la década de 1970, la asociaban con escuadrones de la muerte, pobreza, el “lugar lejano”, “roça”, etc. A estas concepciones negativas, en la segunda mitad de esta década, se podría agregar un aspecto cultural, surgido de la Escuela de Samba Beija-Flor de Nilópolis, cuando ésta se convirtió en la primera agrupación carnavalera fuera de la capital en ganar el carnaval. En este sentido, el artículo en cuestión tiene como objetivo discutir la naturaleza de la identidad construida en torno a esta asociación para el conjunto de municipios de Baixada. Para lograr este objetivo, optamos por la investigación documental con el propósito de recopilar información sobre nuestro objeto de estudio, contextualizando así la génesis de la formación de identidades positivas en la región. Nuestro análisis señaló que en un contexto en el que las geografías imaginativas referentes a la Baixada Fluminense eran mayoritariamente negativas, la institución carnavalera en cuestión se convirtió en un atributo positivo asociado a la región y, así, forjó una identidad más allá de su municipio de origen.

96

PALABRAS-CLAVE: identidade; Baixada Fluminense; Beija-Flor de Nilópolis; Carnaval.

INTRODUÇÃO

O território, embora seja eminentemente político, compreende ainda as esferas econômicas e culturais (HAESBAERT, 2014). Agentes culturais e econômicos podem atuar conjuntamente sobre um espaço para construir um território. Teremos assim, de acordo com Souza (2010), uma superposição de territórios. Por essa razão, embora as três esferas aludidas por Haesbaert sejam capazes de criar identidades, pelo fato de ela ser sempre uma construção sociocultural, a esfera cultural, no caso analisado por esse artigo, foi a mais

efetiva para forjar uma identidade positiva considerando os recortes espacial e territorial contemplados para essa análise.

Na esteira desse pensamento, Castells (1999) pontua que a identidade pode ser construída por meio de instituições. Bonnemaïson, (2002, p.101-102) por sua vez, assevera que “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço”. Assim, o caso da Escola de Samba Beija-Flor é emblemático por mostrar como uma instituição plasmou uma identidade em um espaço – especificamente a Baixada Fluminense.

O espaço baixadiano está eivado de geografias imaginativas, as quais, de acordo com Driver (2005, p.144), são “representações de lugares que estruturam o entendimento de mundo das pessoas e conseqüentemente ajudam a moldar suas ações”. Sob tal perspectiva, o entendimento de um determinado espaço passa, também, pela construção simbólica que as pessoas fazem desse lugar. Desse modo, em larga medida impulsionada por sua condição periférica, as geografias imaginativas referentes à Baixada Fluminense são construídas a partir de atributos sociais negativos. Com efeito, considerando o período inicial de sua formação, a segunda metade de 1970, o presente artigo ambiciona discutir a construção de uma identidade cultural positiva em uma região amplamente associada a mazelas sociais.

Para alcançar tal intento, este trabalho se divide em três partes. Na primeira, objetivamos estabelecer a evolução institucional da Escola de Samba nilopolitana desde bloco carnavalesco até se tornar a Grêmio Recreativo. A segunda parte estudará o período no qual a agremiação passa a ser um elemento identitário positivo para a Baixada Fluminense. Assim, a agremiação gestou uma identidade incontestável na conjuntura baixadiana. Entender a natureza desse processo bem como suas implicações para a simbologia

referente a essa periferia metropolitana constitui o cerne da terceira parte deste artigo.

DE BLOCO IRINEU PERNA DE PAU A ESCOLA DE SAMBA: “OLHA A BEIJA-FLOR AÍ, GENTE!”

Fundadas, mormente pelos mesmos organizadores dos blocos de rua e utilizando as concepções artísticas das Sociedades Carnavalescas, como os carros alegóricos, as Escolas de Samba surgiram somente em 1928. Com efeito, de acordo com Augras (1998, p. 17),

tanto os velhos sambistas quanto os estudiosos são unânimes em apontar, nos ranchos, a origem das Escolas de Samba. Melhor dizendo, foi na junção dos ranchos- herdeiros, por sua vez, dos ternos de reis nordestinos- com os blocos de cordões das ruas do Rio que se deu a criação daquilo que viria a ser as Escolas de Samba.

Embora para Cabral (1996, p. 41) A Deixa Falar “nunca foi uma escola de samba. Foi, na verdade, um bloco carnavalesco (e mais tarde, um rancho), criado no dia 12 de agosto de 1928”, ela é considerada a primeira Escola de Samba. Posteriormente rebatizada para Estácio de Sá, a instituição carnavalesca surgiu no morro de mesmo nome. Mangueira, “fundada no dia 28 de abril de 1929, e não no dia 28 de abril de 1928, como reza a sua história oficial” (CABRAL, 1996, p. 64) e Unidos da Tijuca, fundada em 1931, formam a tríade das agremiações mais antigas. Embora existam controvérsias quanto à formação dessa tríade, pois a Portela, surgida a partir do Bloco Conjunto Oswaldo Cruz em 1923, se considera a escola de samba mais antiga em atividade permanente. Contudo, a alteração para o nome Portela ocorreu somente em 1935 (CABRAL, 1996; AUGRAS, 1998).

98

Com o apoio do jornal “Mundo Sportivo”, em 1932 aconteceu o primeiro desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro na Praça Onze. Devido ao êxito do evento, em 1935 o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, oficializou as Escolas de Samba. Essa oficialização obrigava as Escolas a possuir

estatutos sociais e alvará. Cumpridas essas exigências, a instituição passava a utilizar a sigla GR (Grêmio Recreativo), permitindo-lhes vida jurídica legal e uma verba pública para fomentar seu carnaval.

O primeiro registro de evento carnavalesco em Nilópolis ocorreu no período em que a localidade ainda era 7º Distrito de Nova Iguaçu. De acordo com Cardoso (1938, p. 107), “um grupo de pessoas de destaque social [...], levou a efeito, no dia 10 de janeiro de 1921, a primeira batalha de ‘confetti’ em Nilópolis”. Segundo o autor, as primeiras associações carnavalescas no município foram os Borboletas Vaidosas (1914), Flores de Nilópolis (1918), Teimosos de Nilópolis (1924), Bloco Trovadores de Nilópolis (1924), Caprichosos de Nilópolis (1924) e Paladnios de Nilópolis (1927). Entretanto, o principal bloco carnavalesco, responsável em grande medida pela existência midiática do município, surgiu apenas em 1948.

Dessa maneira, enquanto o movimento carnavalesco iniciou um período de profissionalização e competitividade entre as agremiações cariocas, na Baixada Fluminense, o recém-emancipado município de Nilópolis produziu a instituição que iria se tornar seu símbolo maior, a Associação Carnavalesca Beija-Flor, no dia 25 de dezembro de 1948.

99

De forma semelhante às agremiações do Rio de Janeiro, em Nilópolis a Beija-Flor surgiu do desmonte dos blocos Irineu Perna-de-Pau e dos Texeiras. O primeiro bloco, por sua vez, era composto por integrantes do Clube Santa Rita (REVISTA DA BEIJA-FLOR, 2002). Além de parte dos integrantes fundadores, a agremiação carnavalesca recebeu as cores do Clube Santaritense.

Existem quatro versões para a escolha do nome do pássaro para a Associação Carnavalesca. A primeira defende que a mãe de um dos fundadores, Dona Eulália, sugeriu Beija-Flor por simplesmente gostar do pássaro. A segunda versão sustenta que a escolha foi influenciada por uma fazenda mineira de mesmo nome. Outras fontes dizem que o nome faz referência a um rancho

carnavalesco já existente, o qual desfilava pelas ruas do atual município de Mesquita e a última versão, a qual flerta com a mística e por razão tornou-se a mais difundida, afirma que um beija-flor apareceu no exato momento em que se discutia o nome do bloco.

O carnaval de 1949 foi o primeiro em que a Associação Carnavalesca desfilou em Nilópolis, “quando cerca de 40 foliões botaram o bloco na rua com instrumentos herdados das agremiações anteriores, sem fantasias, mas com muita animação. No ano seguinte, já vestidos de azul e branco, conquistaram o público”, conforme registrou a Revista Beija-Flor (2002, p. 11). A mesma publicação traz uma foto do ano seguinte (Figura 1), no qual a Associação desfilou na Avenida Mirandela, principal via local do município de Nilópolis.

Figura 1: Registro fotográfico do Bloco Beija-Flor em 1950



Fonte: Revista Beija-Flor (2002, p. 11).

Somente em 1953 a Associação virou Grêmio Recreativo quando se inscreveu na Confederação das Escolas de Samba. No ano seguinte a Escola da Baixada Fluminense apresentou o enredo “O caçador de Esmeraldas”, tratando dos Bandeirantes e suas contribuições para o desbravamento territorial do

Brasil. No ano de sua estreia nas disputas carnavalescas, a Beija-Flor foi campeã do então grupo 2. No ano seguinte, 1955, a agremiação fez sua primeira apresentação no grupo principal do carnaval fluminense ficando na 6ª posição.

Entre os anos de 1955 e 1963 a azul e branco nilopolitana permaneceu no grupo principal do carnaval do Rio de Janeiro. Todavia, com exceção de 1962, ano no qual ficou em segundo, a Beija-Flor havia conquistado colocações modestas. Nesse período a agremiação obteve, além das posições mencionadas, por uma vez a 7º, a 8º e a 9º colocação na disputa, e em três anos (1956, 1958 e 1963) a 10º posição. No último ano em que ficou na 10º posição, a Escola foi rebaixada para o grupo 2. "Somente a força popular não foi suficiente para manter a escola na elite, naquela época os recursos eram escassos, a subvenção pública era pequena e o município, recém-emancipado, não possuía grandes quantias a investir" (SANT'ANNA JUNIOR, 2010, p. 38).

No ano em que regressou para o grupo 2, a Beija-Flor apresentou o enredo "Café, riqueza do Brasil", ficando com a 12º posição. Devido ao resultado, a agremiação foi novamente rebaixada, dessa vez para o grupo 3. A Escola de Nilópolis permaneceu nesse grupo por três carnavais até 1967, quando conquistou o vice-campeonato com enredo sobre a queda da monarquia.

101

De volta ao grupo 2 em 1968, a família Abraão David iniciou sua aproximação oficial com a agremiação. Nesse ano, Anízio Abraão assumiu de forma interina a presidência da Escola. No ano seguinte o cargo foi assumido por Heitor Silva, o qual permaneceu até 1972. Apesar da aproximação e do auxílio financeiro da família Abraão, a Beija-Flor continuou no grupo de acesso até 1973, quando apresentou o enredo "Educação para o desenvolvimento" obtendo a 2º posição e, conseqüentemente, o regresso para a elite do carnaval, na qual permanece até o presente momento.

Até 1976, ano em que conquistou o primeiro campeonato na elite do carnaval, a azul e branco de Nilópolis era apenas uma escola pequena no mundo

do samba que transitava entre o primeiro e o segundo grupo do carnaval e até entre o terceiro, conforme mencionado. A partir da segunda metade da década de 1970 a Beija-Flor passou a ocupar papel de destaque entre as grandes agremiações do carnaval carioca. Essa ascensão só foi possível em razão do aporte financeiro de um mecenas da contravenção nascido e sediado em Nilópolis: Aniz Abraão David. Sob o domínio da família Abraão, a família Beija-Flor se fortaleceu e consolidou-se entre as maiores potências do carnaval do Rio de Janeiro.

Em meados da década de 1920, os Abraão David e os David Sessim chegaram ao Brasil. Como o Líbano se tornou independente apenas em 1943 e a chegada dos primeiros Abraão ocorreu no período em que o território libanês pertencia ao Império Turco-Otomano, os migrantes das famílias Abraão e Sessim, e atualmente seus descendentes, ainda são chamados de “turcos” pela população de forma geral. Inicialmente essas famílias se instalaram no bairro de Ricardo de Albuquerque, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, tendo alcançado progresso econômico em seu empreendimento comercial, a família iniciou as atividades comerciais com um estabelecimento em Nilópolis no ramo de artigos de armarinho (REVISTA BEIJA-FLOR, 2002).

102

A transferência da família Abraão para Nilópolis na década de 1920, de acordo com Souza (2014, p. 81), se deveu “ao desenvolvimento da integração comercial com o atual município do Rio de Janeiro e o incremento da ocupação na Baixada Fluminense”. O estabelecimento do patriarca era no térreo, de modo que a parte superior do prédio, em um primeiro momento, servia apenas para fins residenciais. Dessa forma, a relação que começou pela necessidade comercial da primeira geração dos Abraão David, criou um território cultural no espaço baixadiano anos mais tarde.

Na geografia, a condição primária para a constituição de um território

corresponde à existência de poder e, desse modo, o que “define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil” (SOUZA, 2009, p. 59). O território corresponde à manifestação da projeção de relações de poder sobre um espaço, ou, em outras palavras, ele é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, conforme aponta Souza (2010, p. 78). Todavia, a natureza do território exige uma visão que contemple suas três dimensões, a qual “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2014, p. 95-96). Por esta razão, Saquet (2009, p. 72) salienta que em virtude de seu caráter material e imaterial, a análise “do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N)”. Nesta perspectiva, Souza (2009, p. 60) atenta para os equívocos de se considerar apenas uma destas dimensões na investigação dos territórios quando alerta que

a própria separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico”, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é *distinguível*, mas não é propriamente *separável*. Em meio a relações sociais complexas, uma dimensão pode aparecer, histórico-culturalmente, como a mais importante, o que não significa que ela seja a única relevante.

103

Embora os autores enfatizem a necessidade de não separar as três dimensões componentes de um território, Souza (2009) atenta para a possibilidade de uma dessas dimensões apresentar peso mais decisivo para sua conformação. Compreender a dimensão multidimensional do território consiste em condição imprescindível para sua apreensão, pois não existe território calcado apenas na vertente materialista (político e econômico) ou

somente na vertente simbólica (cultura). No processo de formatação sobre o espaço no qual o poder do grupo se assenta, essas dimensões se imbricam. Desta maneira, o território necessita ser analisado “na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva” (HAESBAERT, 1997, p.41).

Esse território cultural identitário e afetivo aludido por Haesbaert (1997), tem na Escola de Samba Beija-Flor um exemplo empírico para a Baixada Fluminense na segunda metade da década de 1970. Em alguma medida, o poder simbólico assentado sobre a agremiação carnavalesca permitiu pôr em segundo plano os atributos coercitivos e negativos formadores dos territórios baixadianos. Contudo, para reconstruir a gênese deste território cultural, torna-se fundamental compreender antes a entrada dos membros da família Abraão na contravenção, por ser essa atividade a responsável pelo aporte financeiro posteriormente utilizado para alavancar a pequena Escola de Samba e instituir o sobrenome libanês na história da Beija-Flor.

O carnaval não tinha o prestígio social e cultural observado atualmente. Inicialmente estava associado à “malandragem”, de modo que as pessoas mais conservadoras não investiam nos chamados livros de ouro, o qual consistia no “registro da captação de recursos financeiros que permitiriam a realização dos eventos carnavalescos” (REIS, 2012, p. 9). Bezerra (2010, p. 90) exemplifica esse estigma por meio do depoimento de uma ex-componente da Beija-Flor, a qual recorda que, “a gente às vezes passava pelo comércio com o ‘livro de ouro’ e ouvia um monte de coisas: ‘eu vou dar dinheiro pra escola de samba? Aquele lugar é cheio de vagabunda!’. E a gente saía morrendo de vergonha”.

Ao contrário de alguns comerciantes, os quais precisavam garantir uma clientela fiel e para isso se preocupavam em ter conduta “ilibada”, sobre os

“corretores zoológicos” não havia o peso moral em razão da natureza de suas operações já ser consideradas ilegais. Além disso, os apostadores compreendiam, em grande medida, os adeptos do mundo do samba. Por essa razão, “desde as primeiras décadas de desfile, bicheiros assinavam os livros de ouro que os sambistas passavam entre os comerciantes do bairro para recolher dinheiro e comprar material para fantasias” (JUPIARA; OTAVIO, 2016, p. 84). Com efeito, entre os “populares”, os banqueiros do jogo do bicho eram os que possuíam mais recursos financeiros, logo eram os que realizam as maiores contribuições.

Por meio dessa configuração financeira, o grupo de contraventores foi paulatinamente ganhando espaço dentro das agremiações até assumirem a presidência das mesmas de forma direta ou indireta. Em contraste com a ascensão da família libanesa no ramo da contravenção nos anos 1960, a Beija-Flor amargava nesse período posições modestas no segundo e terceiro grupos do carnaval. Em decorrência dessa disparidade, de um lado existia a fome pelo poder e do outro a vontade de vencer. Foi um casamento perfeito. A Escola entraria com a legitimação social e cultural, os Abraão com a força financeira para construir a ascensão da instituição.

105

Com efeito, “em 1967, Anízio e Nelson deram todo o apoio possível ao presidente da escola, Heitor Silva, fazendo com que a agremiação voltasse a desfilar em 1968 no Grupo II. Nesse ano, Anízio assume a presidência da escola [...]” (REVISTA BEIJA-FLOR, 2013, p. 8). Nessa conjuntura, com o aporte financeiro oriundo da contravenção e sob a benção política das famílias Senna e Silva, celebrou-se o casamento entre a família Abraão e a família Beija-Flor. Essa união mudaria consideravelmente o patamar da Beija-Flor nas disputas carnavalescas e por consequência faria dela a instituição cultural de maior prestígio da Baixada Fluminense. Sobre a construção desse processo de debruça a parte seguinte desse artigo.

“A BAIXADA NÃO QUER ABAFAR NINGUÉM, SÓ QUER MOSTRAR QUE FAZ CARNAVAL TAMBÉM”

Ernesto Cardoso, no livro escrito em 1938, “Nilópolis de Hontem e de Hoje”, ao comentar sobre o carnaval realizado na área central do município, conjecturava que “se não fora Nilópolis pertencer administrativamente a outra jurisdição, seria um sério concorrente aos coretos carnavalescos da Capital da República” (CARDOSO, 1938, p. 107-108). Trinta e oito anos após a publicação do livro, o sonho do pesquisador nilopolitano ganhou concretude. O ano de 1976 “foi um ano histórico. Pela primeira vez desde 1938, o 1º lugar da folia não ficou com Portela, Mangueira, Império Serrano ou Salgueiro. A ciranda de 37 carnavais terminou quebrada pelo povo de Nilópolis” (MOTTA, 2012, p. 45).

Esse título entrou para a história da Beija-Flor e para a história do carnaval em razão do ineditismo do campeonato por uma agremiação de fora da cidade do Rio de Janeiro. O enredo daquele ano, bastante emblemático, “Sonhar com Rei dá Leão”, era uma clara alusão ao jogo do bicho. Emblemático porque foi financiado por um banqueiro do jogo, Anízio Abraão, para homenagear outro patrono da contravenção, Natal da Portela, que falecera no ano anterior. A impactante vitória foi possível devido à contratação do carnavalesco que havia sido bicampeão pelo Salgueiro nos anos anteriores e se tornara o maior nome do carnaval no período, o maranhense Joãozinho Trinta.

Com cifras jamais reveladas (BEZERRA, 2010; MOTTA, 2012; SIMAS; FABATO, 2015), Anízio Abraão retirou o carnavalesco da Escola Tijuca para assinar os carnavais da azul e branco de Nilópolis. Se Anízio Abraão fez um investimento financeiro arrojado, Joãozinho Trinta fez uma aposta ainda mais complexa e incerta ao trocar a tradicional e heptacampeã Salgueiro pela inexpressiva, sem nenhum título e longínqua Beija-Flor de Nilópolis. A

agremiação da Baixada Fluminense naquela época, conforme indicamos, havia regressado recentemente do grupo 2 e era considerada “pequena” no mundo do samba.

Para Simas e Fabato (2015, p. 139), Joãozinho Trinta “inventou uma grande escola de samba que, antes dele, era miúda e plena de complexos dignos de um bom divã”. Inegavelmente, a partir da segunda metade da década de 1970 a Beija-Flor renovou consideravelmente a concepção artística do carnaval carioca. A incidência nacionalista sobre as temáticas carnavalescas sofreu um ponto de inflexão em 1976 quando a Beija-Flor “ganha o primeiro lugar, com o enredo Sonhar com Rei Dá Leão, que consagra a glorificação do jogo do bicho, tema sem dúvida nacional, mas de difícil valorização nacionalista e patriótica” (AUGRAS, 1998, p. 11). Nesse sentido, em que pese a pouca expressão da Beija-Flor no mundo do samba até 1976, a agremiação contou naquele ano com elevados investimentos de seu patrono Anízio Abraão David, possibilitando a revolução estética proposta por seus carnavalescos.

Entre as 13 Escolas de Samba que já venceram na elite do carnaval fluminense, apenas duas não são da cidade do Rio de Janeiro. A Unidos do Viradouro, campeã em 1997 e 2020 e a Beija-Flor. Assim, dos 87 carnavais disputados até 2020, o troféu atravessou a ponte Rio-Niterói duas vezes, em outras 14 oportunidades rumou para a Baixada Fluminense, porém, em 71 disputas – em duas delas o título foi dividido com a escola nilopolitana – as vencedoras foram escolas sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo após a emergência de Escolas de Samba fora do núcleo da metrópole, as agremiações cariocas ainda concentram os títulos. Se hodiernamente vencer as Escolas de Samba da capital é tarefa árdua, em 1976 o desafio era maior. De acordo com matéria publicada na Revista Beija-Flor (2013, p. 23), referindo-se ao carnaval de 1976, “o presidente do Conselho Consultivo, Ary Rodrigues lembra que em todo período que antecedeu o desfile, os colegas e

amigos das quatro principais Escolas de Samba da época brincavam e debochavam da Beija-Flor, chamando-a de 'escola da roça'.

Naquele ano, a agremiação "roceira" impediu o tri-campeonato do Salgueiro com a vitória do enredo "Sonhar com Rei dá Leão". Mais que um título carnavalesco, a consagração daquele ano se revestiu de uma redenção sociopolítica maior, pois, de certa forma, a periferia venceu a metrópole e Nilópolis rompeu a hegemonia de Madureira e dos morros do Borel e da Mangueira no reinado do carnaval. No ano seguinte, desfilando em carro aberto rumo à sede da Beija-Flor após mais uma vitória, Anízio Abraão "gritava: 'Olha o bi da roça', ironizando as outras escolas e se defendendo da ironia de que Nilópolis é interior do Rio" (JORNAL DO BRASIL, 1977, p. 12). Motta (2012, p. 31) revela parte desse sentimento a partir do depoimento de uma integrante da Beija-Flor a qual afirma: "a gente desce com toda a empolgação para ganhar das escolas do Rio". Cabe ainda mencionar que quando a agremiação nilopolitana foi se filiar à Confederação das Escolas de Samba, em 1953, era obrigatório ter sua sede na capital (MOTTA, 2012).

A vitória da azul e branco de Nilópolis na elite alterou, de fato, a correlação de forças na estrutura carnavalesca do Rio de Janeiro e conduziu a mudança geográfica na premissa do samba, conforme alude Sant'anna Junior (2010). Em matéria publicada no jornal no dia da referida conquista (O GLOBO, 1976, p. 8), o depoimento de dois entrevistados revela essa alteração:

é a Beija-Flor e está decidido. Vocês agora, quando quiserem ouvir um samba, vão ter é que tomar um trem até Nilópolis. É isso aí. Acabou o tabu, o tabu mixou (Nelson Barros, morador de Nilópolis e 'fanático' pela Beija-Flor de Nilópolis). Minha grande alegria com esse resultado é que, a partir de agora, samba não é mais privilégio da Vila, nem de Madureira. O samba é de todo o estado do Rio, principalmente da baixada fluminense (Roberto Silva, Portelense e morador de Madureira).

“Tomar um trem até Nilópolis” para ouvir samba, conforme sugere o morador nilopolitano na citação acima, não era apenas um convite ao deslocamento no interior da RMRJ recém instituíta. Naquele período visitar a Baixada Fluminense consistia em um desafio para alguns moradores “de fora”, os quais enxergavam a periferia metropolitana como lugar perigoso por excelência, pois o adensamento populacional desordenado, o qual atraiu população de baixo perfil socioeconômico, aliado às políticas públicas de segurança ineficientes, concorreram para produzir no imaginário social, nacional e fluminense essa associação.

Todavia, na década de 1970, em consonância ao projeto nacional, a Baixada Fluminense apresentou um acelerado processo de urbanização, materializado juridicamente com a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em 1974. A área metropolitana fluminense nasceu formada por dois estatutos jurídicos distintos, o do Estado da Guanabara e o do Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, os municípios da Baixada Fluminense tiveram seu processo de ocupação populacional atrelada à expansão fundiária do então Distrito Federal e sua dinâmica econômica, mesmo após a transferência da capital do país para Brasília em 1960 e posterior criação da RM, continuou vinculada à cidade do Rio de Janeiro. Em virtude dessas condições, a região expressa de forma cristalina sua condição periférica no bojo da RMRJ. Sobre essa relação, Corrêa (2011, p. 160-161) entende que

a periferia da metrópole é o lugar de existência e reprodução de parcela ponderável das camadas populares. No caso da metrópole carioca, esta periferia é conhecida, sobretudo como a Baixada Fluminense. Distante do núcleo central, residir nela impõe horas e horas perdidas no trânsito em transportes públicos sempre cheios e mal conservados. Residir na periferia impõe também outros custos em troca, em muitos casos, do acesso à casa própria. A periferia é o resultado da justaposição de numerosos loteamentos, que acabam formando um mosaico irregular, cujo conteúdo em termos de equipamentos de consumo coletivo é extremamente precário.

Com efeito, a instituição da RMRJ colocou em evidência a dissonância existente entre seu núcleo, a cidade do Rio de Janeiro, e sua periferia intermediária, pois, de acordo com Abreu (2010, p. 17), a concentração de recursos na cidade do Rio de Janeiro durante seu período de capital federal, resultou na formação de um “núcleo forte, cercado por uma periferia pobre e superpovoada, onde eram deixados todos os ônus para o antigo Estado do Rio, enquanto a Guanabara auferia todas as vantagens disponíveis”. Entre os ônus deixados para Baixada Fluminense, a violência foi a mais notória.

Dez anos antes da criação da RMRJ, a ditadura militar instituída no país inaugurou um novo momento no tocante à prática da violência na Baixada Fluminense. Se a disputa fundiária marcou a primeira fase cronológica da violência como força política na região a partir dos anos de 1950, a questão ideológica, juntamente com outras disputas territoriais de variadas ordens, permeou a segunda fase. Ancorados no lema “bandido bom é bandido morto”, nesse período histórico, os grupos de extermínio torturavam e matavam pessoas que cometiam delitos como roubos. Ancorado no lema “Brasil: ame-o ou deixe-o”, os militares torturavam e matavam pessoas que cometiam o delito de discordar do regime. O diferencial entre essas duas formas de sanções físicas é que a primeira era executada por agentes públicos de segurança de forma ilegal, mas, em maior ou menor grau, com o consentimento do Estado, já a segunda era operada diretamente pelo Estado.

110

Apesar dessas articulações, os esquadrões da morte que passaram a ser associados à Baixada Fluminense, não podem ser considerados filhos diretos do regime militar. Os grupos de extermínio têm relação mais direta com a configuração socioeconômica da Baixada Fluminense daquele momento histórico do que propriamente com o regime político em vigor. A atuação desses grupos já estava em curso antes do início do regime de exceção. Sua criação ocorreu em 1958 a partir de “uma equipe de policiais que se identificavam com

as iniciais EM. Os componentes de tal grupo atestam hoje que as iniciais eram Esquadrão Motorizado. Mas o certo é que desde que surgiu passou a ser conhecido Esquadrão da Morte” (O GLOBO, 1969, p. 17).

Embora anterior ao regime de exceção, a partir da ditadura agentes ligados a grupos paramilitares passaram a manter estreitas ligações com líderes do regime militar. Essas relações aumentavam as garantias de impunidade. Por esse motivo, a Baixada Fluminense na década de 1970 presenciou taxas de homicídios elevadas. O delegado de Nova Iguaçu nesse período, Luís Gonzaga de Lima Costa, afirmou que “num só ano (69/70), o Esquadrão da Morte despejou em Belford Roxo mais cadáveres que o número registrado em toda a Chicago na época da Lei Seca: 165 mortos em Belford Roxo contra 162 em Chicago” (O GLOBO, 1972, p. 32).

Quando o “absurdo perdia a modéstia”, o regime militar intervinha a fim de manter aparente distanciamento com os grupos de extermínio da Baixada Fluminense. Em 1974, quando dois menores de idade foram mortos com 64 tiros, o presidente militar Geisel, por meio do ministro de justiça Armando Falcão, solicitou à secretaria estadual de segurança a rápida solução para o caso. A pressão resultou na prisão do subdelegado de Nova Iguaçu, o qual, de acordo com testemunhas, foi até o local do duplo assassinato e “teria recolhido os documentos das vítimas para dificultar tanto a identificação como o esclarecimento do homicídio” (O GLOBO, 1974, p. 7). Os dois soldados da polícia militar executores da ação e réus confessos, foram inocentados quatro anos após o crime: “o conselho de sentença entendeu que os PMs ‘agiram no estrito cumprimento do dever legal’” (PEREIRA, 1981, p. 33).

Apesar dessa proteção, esses esquadrões da morte passaram a operar uma alteração no final da década de 1970. Neste ano, o então diretor do Departamento Geral da Polícia Civil, delegado Mário Cesar da Silva, revelou o “reaparecimento do Esquadrão da Morte na Baixada Fluminense”, mas

esclareceu: “não o de antigamente, mas um Esquadrão privado, o que vocês da Imprensa chamam de polícia mineira” (O GLOBO, 1977, p. 13). Sete meses depois, o secretário de segurança pública, Brum Negreiros reafirmou em entrevista que em sua opinião e na dos jornalistas presentes, “o Esquadrão da Morte está todo no xadrez” (O GLOBO, 1978, p. 15). A declaração revela desconhecimento da estrutura criminal desses grupos ou acobertamento da parte dos órgãos responsáveis à sua repressão.

Como reflexo desse cenário, Enne (2007, p. 103) identifica na década de 1970 o momento no qual

a imagem da “Baixada Fluminense”, na imprensa, já está marcadamente associada à violência. A ação dos grupos de extermínio na região (garantindo a “segurança local” ou utilizando a Baixada como ponto de “desova” para corpos que tenham sido assassinados em outros locais) transformou a Baixada em sinônimo de “criminalidade”. As notícias eram dadas indistintamente, como podemos perceber. Não eram feitas distinções entre o que seria ação dos grupos de extermínio e o que seria resultado da prática de violência como uma ação criminosa de forma geral (conseqüência de um assalto ou um homicídio passional, por exemplo). Assim, instaura-se um senso comum acerca da região em que esta começa a ser associada a um “local perigoso”, como percebemos na análise preliminar do material coletado.

112

O ápice dessa associação ocorreu em 1978 quando Belford Roxo, então distrito de Nova Iguaçu, teria sido considerado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) o “lugar mais violento do mundo”, originando um livro de título homônimo. Entretanto, convém esclarecer que a referida pesquisa da ONU não existiu. Tal informação foi veiculada inicialmente pela Revista Veja em sua edição de 12/04/1978 e posteriormente reproduzidas pelos meios de comunicação do país e do mundo.

O desmentido sobre os índices de criminalidade de Belford Roxo se deveu a uma iniciativa do Clube Rotary local. Os membros encaminharam uma carta

pedindo informações sobre a pesquisa atribuída ao órgão internacional. Em resposta, o representante da ONU no Brasil afirmou que a instituição “nunca patrocinou qualquer levantamento sobre violência na Baixada Fluminense” (O GLOBO, 1981, p. 13).

Apesar dessa inverdade, a alcunha lugar mais violento do mundo ficou fixado sobre a região e, assim, à Baixada Fluminense na década de 1970 se atribuída “uma ideia ‘qualificadora’, quase que adjetivada, associada às noções de miséria, fome, violência, grupos de extermínio, periferia, lugar distante etc” (ROCHA, 2013, p. 145). Além da violência, o baixo dinamismo econômico converteu em “cidades dormitórios” um considerável grupo de municípios baixadianos, os quais se caracterizam pelo elevado número de pessoas que trabalhavam em outros municípios. Somam-se ainda à questão econômica, os problemas relacionados aos transportes públicos, ao saneamento básico, ao despejo de lixo, as enchentes, as habitações irregulares em encostas e nas margens dos rios e os deficitários serviços públicos urbanos que grassavam na região. É nesse cenário perjorativo e caótico existente e/ou associado ao espaço baixadiano que a Beija-Flor, a chamada Escola da roça, venceu as grandes e tradicionais agremiações carnavalescas do Rio de Janeiro.

113

Assim, a região que até então era identificada amplamente por meio aspectos negativos, passou a apresentar outro elemento para servir de associação para os agentes externos com a vitória da Beija-Flor. Por essa perspectiva, a ascensão da azul e branco de Nilópolis fornecia um elemento identitário positivo para os moradores da Baixada Fluminense. Foi nesse contexto que a Beija-Flor, sobretudo a partir de 1976 e sedimentado com os posteriores campeonatos de 77 e 78, passou a ser a instituição mais exitosa em produzir, naquele cenário, a identidade entre os moradores não apenas de Nilópolis, mas também entre os residentes dos demais municípios baixadianos.

Com efeito, mais que simplesmente expor a grandiosidade do êxito da agremiação em tela, pretendemos enfatizar a importância do evento 76, 77, 78 para a consolidação de uma identidade. A construção da identidade, por sua vez, “está visceralmente vinculada às relações de poder e a disputa por este poder. Assim, afirmar identidades e definir quem são os diferentes é definir quem vai ter acesso aos bens materiais e simbólicos disponíveis naquele território” (SIMÕES, 2008, p. 38). Norteados por essa premissa, almejamos entender a importância da identidade para o contexto baixadiano a partir da Escola de Samba Beija-Flor. Antes, porém, iniciaremos uma discussão conceitual a respeito da identidade para depois delimitarmos qual tipo de identidade a agremiação em questão suscita na Baixada Fluminense. Esse debate é contemplado na parte seguinte do artigo.

A IDENTIDADE BEIJAFLORIANA E A AUTOESTIMA DA BAIXADA FLUMINESE

A primeira aproximação referente à identidade, compreendida a partir de Castells, sugere que esse conceito se baseia em atributos culturais. Gracher (2016) por sua vez aponta a multiplicidade de identidades possíveis através dessa perspectiva culturalista, aludindo, também, a respeito da identidade subjetiva do sujeito e da identidade coletiva. Assim, cabe salientar que a identidade, quando entendida apenas como um conjunto de signos e valores que cada indivíduo porta, ou seja, uma identidade individual, suscita uma discussão de natureza psicológica apenas.

Quando esse conjunto de crença passa a condicionar a maneira pela qual essa pessoa rege seu comportamento na sociedade, essa análise exige um debate social, pois esse indivíduo passa a condição de sujeito uma vez que sua postura está sujeitada, em alguma medida, a sociedade na qual ele se insere. A

essa identidade, “formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade”, Hall (2011, p.11) conceitua como identidade do sujeito sociológico.

Defendemos a tese segundo a qual a agremiação supracitada emanou na segunda metade da década de 1970 um sentimento identitário positivo entre a população da Baixada Fluminense. Tal pressuposto, por sua vez, não assevera que ser morador da região naquele período, estivesse diretamente condicionado ao fato de ser torcedor da Beija-Flor. Assim, as duas dimensões relativas à identidade, a individual e a coletiva, apresentam pesos distintos a partir da premissa social pela qual nossa análise se encaminha. Isso porque a primeira dimensão de identidade diz respeito a como você se identifica, ou a chamada identidade subjetiva do sujeito, como alude Gracher (2016). Esse viés contempla a dimensão mais antropológica, mais individualizada, contudo, implicações daquilo que você é, trazem consequências apenas ao circuito imediato das suas relações sociais.

Em contrapartida, a maneira pela qual as pessoas se identificam conduz a repercussões em escalas maiores. Nesse sentido, a identidade gerada pelos agentes externos tem compromisso somente com os significados, os quais são representações descomprometidas com a realidade em si. Essa identificação elaborada pelos agentes endógenos constitui a chamada identidade coletiva.

Em um país no qual a identidade externa é notadamente construída em torno do binômio carnaval e futebol, em nosso recorte espacial a identidade social externa mais natural considerou a presença da Escola de Samba Beija-Flor no município baixadiano. Desse modo, a agremiação carnavalesca de Nilópolis se impôs de maneira hegemônica enquanto formadora de identidade local nos anos 1970, se não pela força dela em si, pelo aspecto culturalista contido na simbologia da periferia ter derrotado o núcleo metropolitano ao menos em uma dimensão da vida cotidiana. A esse processo, Castells (1999) classifica como identidade legitimadora. Há ainda, para o autor, um tipo de identidade de

resistência criada pelo grupo que se sente inferiorizado pelo dominante. A terceira forma de identidade seria a de projeto, a qual prescinde de uma transformação mais efetiva sobre a conjuntura sociopolítica.

Mesmo correndo o risco de incorrer em distorção ou simplificação da ideia preconizada por Castells, uma vez que nem sempre teoria e prática se encaixam de forma harmoniosa, nos permitimos o exercício de considerar as formulações do autor para nossa discussão. Castells alerta sobre as eventuais correlações entre as três categorias de identidade por ele aludidas, contudo, não considera a possibilidade de coexistência entre as tipologias identitária que apresenta. Entendemos que a Beija-Flor encerra duas dimensões identitárias concomitantemente. A primeira, considerando sua relação com os residentes de Nilópolis e a segunda, enfatizando a maneira pela qual ela passou a se inserir no mundo do samba.

Ao mesmo tempo em que consolidava uma identidade legitimadora em seu município sede e na Baixada Fluminense nos anos 1970, a Beija-Flor operava uma identidade de resistência no âmbito das disputas das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, a qual, até então, se limitava a uma disputa carioca e não fluminense.

116

Romper a hegemonia das maiores agremiações cariocas ou mesmo se inserir no circuito do samba constituía em uma empreitada complexa, mesmo para instituições e bairros da cidade do Rio de Janeiro. A Unidos de Vila Isabel, fundada em 1946 no bairro de mesmo nome, se valeu da produção de seu sambista mais ilustre para alcançar esse propósito. Em samba de 1935, intitulado "Palpite infeliz", Noel Rosa desconsiderava qualquer eventual pretensão de superioridade da Vila Isabel sobre os bairros de sambistas já consolidados. Para isso, questionava aqueles que assim pensavam e em seguida, o poeta da Vila enaltece os berços do samba e explicou sua real intenção: *"Quem é você que não sabe o que diz?! Meu Deus do Céu, que palpite infeliz!/"*

Salve Estácio, Salgueiro, Mangueira, Oswaldo Cruz e Matriz/ Que sempre souberam muito bem / Que a Vila Não quer abafar ninguém/ Só quer mostrar que faz samba também”.

Dessa maneira, em 1946 a Vila de Noel alertava através desse samba que aqueles que não compreendiam suas intenções, como o sambista Wilson Batista, incorriam em um “palpite infeliz”. Em 1976, a Beija-Flor de Neguinho asseverava na letra do samba-enredo daquele ano, o qual homenageava o jogo do bicho, que *“nesta festa de real valor, não erre não/ O palpite certo é Beija-Flor”*. Assim, seja pelo palpite infeliz ou pelo certo, da mesma forma que a azul e branco de Noel, a azul e branco de Neguinho não queria “abafar ninguém, só queria mostrar que a Baixada fazia samba também”.

É nesse sentido, ao intentar superar a condição de “escola roceira” para se inserir no rol das grandes agremiações do carnaval carioca, que a Beija-Flor, enquanto instituição promoveu uma identidade de resistência, pois para Castells (1999, p. 24) esse tipo de identidade é “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”.

Neste contexto específico, circunscrito a segunda metade da década de 1970, a Beija-Flor conjugava uma identidade legitimadora, na escala baixadiana entre seus residentes, e uma identidade de resistência, considerando o universo das disputas carnavalescas. Para além do aspecto culturalista. Entretanto, no período atual a identidade de resistência foi superada. É pouco provável que algum analista de carnaval caracterize a Escola de Nilópolis como pequena ou “roceira”. O caso em questão atesta a transformações pela qual a identidade pode passar, conforme pontuou Castells (1999, p. 24) quando lembra que “identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornaram-se dominantes nas instituições da sociedade,

transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação”.

Por essa perspectiva, o caso da Beija-Flor, que almejava o mesmo patamar das suas concorrentes cariocas, compromete ainda a noção segundo a qual a identidade sempre parte do pressuposto de diferenciação. Para Perico (2009, p. 63), “a cultura une um grupo; a identidade o diferencia de outro”. Contudo, a luta encapada pela Escola seria por igualdade com as co-irmãs cariocas e não pela diferenciação. Tal fato expõe, mais uma vez, a multiplicidade envolvida na dimensão da identidade, pois ela pode gerar conflitos na busca por ser igual como também alimentar a busca em ser diferente. Assim, cabe salientar que a identidade também guarda um componente “em que o igual e o diferente convivem simultaneamente” (JACQUES, 2006, p. 155).

Em que pese à complexidade inerente ao conceito de identidade, Hall (2000) descentraliza seu foco da perspectiva individual e mesmo coletiva puramente para uma análise escalar, classificando as identidades como parciais e de base. No primeiro grupo estariam aquelas relacionadas aos bairros, municípios e estados, enquanto a identidade relacionada à nacionalidade comporia o segundo grupo.

As escalas territoriais maiores são abstrações. A vida cotidiana se desenvolve na cidade em que os indivíduos residem e não no estado ou no país nos quais ele somente compõe a população como um número nas estatísticas oficiais. Além disso, se a identidade guarda em si a noção de diferenciação, da delimitação da existência entre “nós” e “eles”, essa acepção é empobrecida quando avaliada nas escalas estadual e nacional. No contexto nacional nossa identidade se assemelharia a de mais outros 207 milhões de brasileiros, no contexto estadual seríamos ainda mais de 6 milhões de pessoas rotuladas de fluminenses. Entretanto, na dimensão municipal esse número se reduziria a casa dos milhares e nos transformaríamos em cariocas, nilopolitanos, iguaçuanos

etc., sem deixar de sermos, ao mesmo tempo, fluminenses e brasileiros. Nesse caso, a última identificação geográfica, a municipal, seria a que nos permite uma diferenciação numericamente maior em relação ao contexto nacional.

Quantitativamente mensurando, a identidade parcial assentada em aspectos emanados através dos elementos do município, pode assegurar uma identificação mais aguda, contudo não se pode afirmar isso de maneira qualitativa. Essa análise varia muito quando sai da escala das pessoas, tomadas a partir de números absolutos, até atingir a escala do sujeito, entendido a partir de sua individualidade perante a sociedade que ele compõe. A soma daquilo que indica as opiniões das pessoas nem sempre encontra respaldo quando se olha o sujeito em suas minúcias. Defendemos que não se pode determinar com clareza qual nível de identidade seja o mais forte a partir de uma premissa meramente geográfica amparada na escala que o indivíduo ocupa.

Contudo, contemplando a dimensão municipal, cabe mais uma vez ressaltar o alcance regional da agremiação no interior da Baixada Fluminense. Situada na área central do município e com capacidade superior a cinco mil pessoas, a sede da Beija-Flor consiste em “um objeto geográfico, um fixo, [o qual] é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos” (SANTOS, 2012, p. 86). Em razão de sua capacidade e infraestrutura, a quadra sedia eventos de distintas naturezas para além daqueles relacionados à agremiação, como esportivos, religiosos – Missa de São Jorge promovido pela igreja católica em abril e o evento gospel “Cristo vive” em novembro, realizado por igrejas evangélicas –, além de feiras de roupas e apresentações musicais. Como “fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente” (SANTOS, 2012, p. 86), os mais diferentes grupos sociais se relacionam direta ou indiretamente com a Escola de Samba, gerando um fluxo a partir do objeto social que se converte a quadra da agremiação na conjuntura local.

Considerando a geografia dos frequentadores, Albuquerque (2011, p. 34) sustenta que a quadra é frequentada em dias de ensaio técnico por “moradores da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (Copacabana) como, também, moradores de Engenheiro Pedreira (Distrito de Japeri)”. Essas localidades expressam a área de maior renda *per capita* da cidade do Rio de Janeiro e o município mais pobre da RMRJ, sugerindo a diversidade socioeconômica e geográfica que a agremiação baixadiana atrai. Enfatizando ainda a dimensão espacial irradiada pela Beija-Flor, mas destacando as pessoas que desfilam pela agremiação, Motta (2012, p. 26) lembra que

a ideia de uma cidade-que-é-uma-Escola-que-é-uma-cidade-que-é-uma-Escola enseja um equívoco. A Beija-Flor tem menos a ver com seu berço do que imagina o folião leigo. Para formar a tropa-sambista que se perfila na quadra, vai gente dos bairros cariocas mais próximos – de Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Irajá, Colégio, Realengo, Bangu – e de cidades da Baixada – Nova Iguaçu, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Caxias, São João de Meriti. Alguns até são... de Nilópolis. Não chegam a 20% dos aproximadamente 3.300 integrantes da *comunidade* os nativos da terra que a Escola carrega como sobrenome.

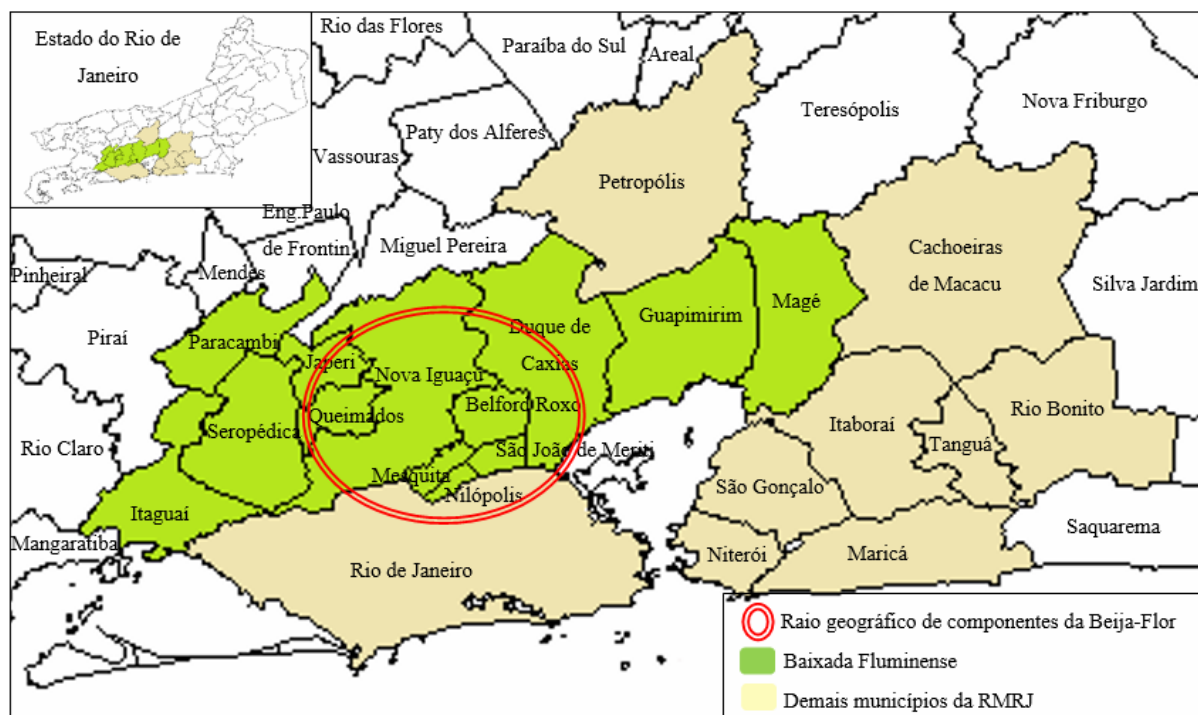
Motta (2012) esclarece a associação imediatista e simplista que limita a relevância da Beija-Flor apenas ao município de Nilópolis. Os ensaios técnicos, que ocorrem na quadra da Beija-Flor em Nilópolis às quintas feiras, iniciam-se em setembro e terminam na semana anterior ao desfile na Marquês de Sapucaí. Apesar de ser dia de semana e de terminar nas primeiras horas de sexta-feira, os ensaios são frequentados por moradores dos municípios baixadianos e da Zona Norte carioca. Cumpre mencionar que no horário de término dos ensaios, não há mais circulação de transporte público para municípios distantes de Nilópolis como Queimados ou Japeri. Tal fato, expõe, mais uma vez, a identificação dessas pessoas com a instituição carnavalesca.

Convém ainda mencionar o alcance espacial dos simpatizantes da

instituição carnavalesca nilopolitana. Segundo pesquisa extraída do Jornal Extra de 14/12/2010, entre os moradores dos municípios metropolitanos, 9,6% eram torcedores da Beija-Flor. Considerando dados de estimativa da população do IBGE para o ano de 2018, a RMRJ contava com cerca de 12 milhões e 700 mil residentes. Dessa forma, somente na RMRJ a Beija-Flor tem cerca de 1 milhão e 219 mil torcedores, número superior às agremiações fluminenses tradicionais Mangueira e Portela.

A figura 2 alude à espacialização dos componentes da Beija-Flor na RMRJ. Como mencionado por Motta (2012), um expressivo contingente de moradores de bairros cariocas como Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Irajá, Colégio, Realengo, Bangu entre outros, se soma aos moradores baixadianos para defender a agremiação nilopolitana nos desfiles. Cumpre mencionar que cada um dos bairros citados possui Escolas de Samba nas diferentes séries do carnaval carioca.

Figura 2: Raio de desfilantes da Beija-Flor na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: os autores, 2020.

Desse modo, compreender a natureza da identidade de um determinado grupo exigiria uma averiguação mais psicológica e/ou antropológica que propriamente sociológica. Contudo, entendemos que esse tipo de abordagem conduziria a avaliação da identidade individual, a qual não daria conta de sustentar conceitualmente a categoria de território, pois esse só é possível por meio da identidade coletiva. Esse tipo de identidade, por sua vez, trabalha a partir do pressuposto da supressão de eventuais minorias e nesse sentido, embora seja a mais significativa pelo viés sociológico, em certa medida está eivada de distorções porque se baliza nas significações que o recorte territorial suscita. Contudo, mesmo a identidade calcada pela perspectiva psicológica pode conduzir a desvios de análises em razão de o sujeito pós-moderno não possuir “identidade fixa, essencial ou permanente”, como adverte Hall (2011, p.13). Cumpre ainda considerar que as potencialidades identitárias não alcançam seus objetivos de modo infalível. Para sua efetivação é necessário que o indivíduo se perceba identificado com essa comunidade, algo que pode gerar entraves, pois há um

122

grande número de pessoas que passam despercebidas por todo esse 'confronto de identidades', e seguem normalmente sua vida, pois tais questões não são encaradas como prioridade no seu intenso cotidiano, que por si só, já oferece uma quantidade muito grande de estímulos a serem respondidos em curto espaço de tempo (MATOS, 2005, 63).

A identidade, seja a individual ou a coletiva, necessita de elementos para sua produção. Na ausência de símbolos capazes de reunir "corações e mentes" em prol da construção de uma identidade, os líderes desse processo podem lançar mão da "invenção da tradição", conforme concluiu Hobsbawm, (1995, p.14).

No caso da identidade ancorada na Beija-Flor, não houve a invenção de uma tradição nos termos consagrados pelo autor, mas sim a produção de uma identidade. A invenção exige criar elementos identitários a partir de eventos inexistentes, já a produção da tradição consiste em maximizar a potencialidade identitária através de um elemento real. Nesse sentido, baseado em Hall (2011), Simões (2008, p. 37) "chama atenção para a estratégia do resgate positivo de um determinado acontecimento histórico que passa a ser considerado como chave para o surgimento de uma comunidade". Os dirigentes da Escola de Samba utilizaram o tri-campeonato nos anos de 1976, 1977 e 1978 como acontecimento histórico inicial para a construção da identidade nilopolitana. Para Sant'anna Junior (2010, p. 42),

123

com essas vitórias, a população de Nilópolis se mostrava orgulhosa pelas conquistas alcançadas, iniciando dessa forma o sucesso que viria contribuir para que a identidade do Município fosse aos poucos construída. A Baixada Fluminense que sempre viveu as margens da cultura, agora era destaque, o centro das atenções. As conquistas da Beija Flor serviram para ressaltar a existência do Município de Nilópolis, para determinar o início de uma era de profissionalismo das Escolas de Samba, e para reforçar toda uma política patriarcal no Município.

A partir do exposto, o Quadro 1 sintetiza as tipologias de identidade que a Beija-Flor construiu no município considerando a terminologia empregada pelos autores trabalhados. Essa síntese é importante, pois almejamos delimitar as dimensões variáveis pela qual a identidade opera. Desse modo, essa reflexão aponta que a azul e branco de Nilópolis impõe identidades classificadas em quatro tipos: simbólica, parcial, coletiva e legitimadora.

Quadro 1: Tipologias de identidades as quais a Beija-Flor de Nilópolis encerra sobre o município

Tipos	Caracterização
Simbólica	Assentada, mormente, pelas características culturais que a agremiação emana.
Parcial	Alicerçada a partir da escala municipal e regional.
Coletiva	Amplamente identificadora do município para os agentes externos, excluindo-se eventuais distinções internas.
Legitimadora	Instituição identitária hegemônica em Nilópolis e parte da Baixada Fluminense.

Fonte: os autores, 2020, a partir de CASTELLS (1999), HALL (2000) e MEDEIRO (2002).

Nesse sentido, a noção simbólica da agremiação expõe a natureza dessa identidade; a parcial demarca a escala geográfica de seu alcance; a coletiva afirma a força dessa identidade para além do limite da atuação física da Escola e a legitimadora revela o poder oriundo da soma das três tipologias anteriores.

Essa característica de legitimadora da identidade nilopolitana exclusivista da Beija-Flor, a qual sintetiza as demais tipologias apresentadas no Quadro acima em si, torna a identidade erigida por essa instituição merecedora de um enfoque social. Como a identidade é uma construção social amplamente assentada sob o espaço vivido, a Beija-Flor consolida a identidade entre seus simpatizantes pela perspectiva cultural. Já entre aqueles que não se identificam com a Escola, essa identificação se impõe na medida em que ela representa o município de Nilópolis, o qual, por sua vez, constitui o espaço vivido de seus

moradores. Por meio dessa lógica assentada nas significações, após a década de 1970, ser de Nilópolis é, por extensão, ser Beija-Flor. É dessa forma que Claval (1999, p. 10) entende que

os traços que caracterizam as pessoas são tão numerosos que somente uma parte é retida para definir a identidade. Isto significa que, a partir da mesma situação, outras conceitualizações seriam possíveis. Mas a identidade, uma vez definida, contribui para fixar a constelação de traços que ela reteve, e subtraí-los dos desgastes do tempo.

Apesar dessa constatação cristalina, Claval (1999, p. 24) alerta que um olhar culturalista pode impor o risco de “fabricações de discursos identitários ao invés de lhes considerar a partir de um olhar crítico”, cabendo ao pesquisador o papel não de “forjar ideologias, mas o de desmontar seus mecanismos e o de fazer compreender para que elas servem e que perigos elas implicam”. Dessa maneira, precisamos atentar sobre o perigo escamoteado na produção do discurso considerando que toda identidade esconde um projeto político. Como reflexo de ter sido produzida, a identidade tem um compromisso político, pois toda construção social expressa, concomitantemente, relações de poder.

Assim sendo, a instituição cultural gerida por este grupo familiar produziu uma identidade que passou a ser utilizada como uma incisiva ferramenta política. Desse modo, Castells (1999, p. 23), considerando o uso político da identidade, expõe não ser “difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece”. Dessa maneira, objetivamos que a discussão salientada até aqui tenha respondido como, por quem e a partir de quem essa identidade foi construída na Baixada Fluminense. Quanto à última questão formulada por Castells, para quem essa identidade construída se presta, no caso em questão defendemos que ela serviu para ampliar o poder político da família Abraão no

município de Nilópolis, os quais têm representantes em cargos eletivos nas esferas municipal, estadual e federal desde a década de 1970. Desse modo, o samba, que foi tratado como “caso de polícia” nos anos 1920, passou a ser entendido como um notório “caso de política” (CHINELLI & SILVA, 2004) a partir dos anos 1970 na Baixada Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ter a capacidade de construir identidade, antes a azul e branco de Nilópolis teve que se tornar competitiva entre as agremiações cariocas, fato que só ocorreu em razão do aporte financeiro da família Abraão David. Pode-se questionar a licitude desses recursos, mas não sua efetividade para a ascensão da Beija-Flor no cenário carnavalesco e conseqüentemente para a produção de uma identidade no contexto da Baixada Fluminense. Como exercício de reflexão, considerando identidades locais e carnaval no contexto baixadiano, os casos de Nova Iguaçu e de Belford Roxo, respectivamente como as agremiações Leões de Iguaçu e Inocentes de Belford Roxo, fornecem um comparativo. Embora tenham sua relevância cultural nos municípios que a sediam, ambas as Escolas de Samba não são as instituições mais cruciais na produção da identidade municipal.

126

Parte dessa explicação reside no fato de seus municípios sedes terem outras instituições que rivalizam com as referidas Escolas de Samba na construção identitária local. Outra parte, e essa mais assertiva, diz respeito ao fato de elas não terem a mesma notoriedade nas disputas carnavalescas que sua co-irmã nilopolitana. A azul e vermelho de Nova Iguaçu desfilou no grupo principal apenas em 1992, já a azul e vermelho de Belford Roxo participou deste mesmo grupo somente em 2013. Nas demais disputas as escolas oscilaram entre os grupos de acesso. Esse perfil competitivo era similar ao da agremiação nilopolitana antes das gestões dos Abraão. Por essa razão, nossas reflexões indicam que se não houvesse o aporte financeiro da família dessa família, assim

como a Leão e a Inocentes em seus municípios, a Beija-Flor não teria tido a capacidade de forjar uma identidade baixadiana na segunda metade da década de 1970.

Essa identificação extrapolou o município sede da agremiação e a Baixada Fluminense nos anos posteriores, de modo que a Beija-Flor atualmente está entre as Escolas de Samba de maior torcida do país e, apesar de ter iniciado suas disputas carnavalescas 22 anos após suas coirmãs cariocas, a agremiação detém a terceira posição em número de títulos, a retaguarda apenas das duas citadas. A Beija-Flor é a maior vencedora do carnaval desde a construção do sambódromo.

Esses dados expõem que, embora o mapa aponte que a agremiação azul e branca está sediada na Baixada Fluminense, indiscutivelmente a Beija-Flor foi quem inseriu a Baixada Fluminense na cartografia sociocultural do mundo em um período no qual a região era conhecida internacionalmente pela alcunha de lugar mais violento do mundo e expressões como “terra sem lei”, “nordeste sem seca”, “roça”, “fim do mundo”, “atraso” “faroeste tupiniquim”, “descaso governamental” e “cidade dormitório”, resumiam para os agentes externos a essência da região.

127

Assim, entre crimes violentos e descasos governamentais, a partir de 1976 a Escola de Samba passou a ser um elemento de orgulho para os moradores da Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: IPP, 2010.

ALBUQUERQUE, E. Nilópolis: de sesmaria e “princesinha da baixada” a cidade dormitório – a contribuição dos atores sociais na construção da cidade. 2011, 79 p. Monografia (Especialização) – Faculdades Integradas Simonsen, Departamento de Geografia 2011.

ALVES, J. C. S. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.

AUGRAS, M. **O Brasil do samba-enredo**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BEZERRA, L. A. **A família Beija-Flor**. 2010, 243 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2002.

CABRAL, S. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1996.

CARDOSO, E. **Nilópolis de Hontem e de Hoje**. Nilópolis: L & J. Berkowitz, 1938.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHINELLI, F.; SILVA, L. M. O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as Escolas de Samba e o jogo do bicho. **Revista Rio de Janeiro**, n. 12, jan-abril 2004, pp. 207-228.

CLAVAL, P. O Território na Transição da Pós-Modernidade. **Revista GEOgraphia da UFF**, Niterói- RJ, ano 1, N 2, p. 07-26, maio-1999.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DRIVER, F. Imaginative Geographies. In: CLOKE, P.; CRANG, P.; GOODWIN, M. (orgs.). **Introducing Human Geographies**. London: Arnold, 2005, pp. 234-248.

128

ENNE, A. L. Identidades como dramas sociais: descortinando cenários da relação entre mídia, memória e representações acerca da Baixada Fluminense. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. (orgs.). **Mídia e memória: a produção nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 93-114.

GRACHER, K. G. C. **É a identidade fundamental?** 2016, 111 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editora da UFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In SILVA, T. **Identidade + diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSAWN, E. **A era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho. In: CATTANI; A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

JORNAL DO BRASIL. **Beija-Flor é bicampeã e anuncia enredo para 78**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 fev. 1977, 1º Caderno, p. 12.

JUPIARA, A.; OTAVIO, C. **Os Porões da Contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MATOS, M. P. **O Rio de Janeiro das Escolas de Samba: Lugar, Identidade e Imagem Urbana**. 2005, 150 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro (SP), 2005.

MEDEIRO, M. S. F. A construção teórica dos conceitos de socialização e identidade. **Revista de Ciências Sociais**, 2002, v. 33 n 1, pp. 78-86.

MOTTA, A. A. **Maravilhosa e Soberana: História da Beija-flor**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

O GLOBO. **O País inteiro contra o Esquadrão da Morte**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 8 mar. 1969, p. 17.

_____. **A organização acabou, o crime continua**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29 out. 1972, p. 7. 129

_____. **Geisel manda apurar os casos de fuzilamentos na Baixada**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 ago. 1974, Caderno Grande Rio, p. 7.

_____. **As 4 grandes, resignadas, aplaudem a Beija-Flor**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 6 mar. 1976, Caderno Grande Rio, p. 8.

_____. **Delegado atribui crimes da Baixada à “polícia mineira”**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29 jul. 1977, Caderno o Estado do Rio, p. 13.

_____. **Brum Negreiros: esquadrão da morte já está na cadeia**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 23 fev. 1978, Caderno Grande Rio, p. 15.

_____. **Belford Roxo desfaz mito da violência**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 11 out. 1981, Caderno Grande Rio, p. 13.

PEREIRA, P. C. "Justiçamento", uma tradição na Baixada. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1981, Caderno Especial, p. 33.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para a Agricultura, 2009.

REIS, C. F. S. **Os Tenentes do Diabo: carnaval, lazer e identidades entre os setores médios urbanos do Rio de Janeiro (1889-1932)**. 2012, 135 p. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Departamento de História, 2012.

Revista Beija-Flor de Nilópolis: uma escola de vida. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Designum Comunicações, 2002 e 2013.

ROCHA, A. S. Território como representação. **Revista Mercator**, v. 12, n. 29, p. 139-153, set./dez. 2013.

SANT'ANNA JUNIOR, D. **O samba como elemento formador da identidade do Município de Nilópolis, relações e interações dos moradores com a escola de samba Beija Flor**. 2010, 57p. Monografia (Graduação). FEBF- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2012.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, pp. 73-94.

SIMAS, L. A.; FABATO, F. **Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SIMÕES, M. R. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, pp. 57-72.

_____.O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pp. 77-113.

SOUZA, R. **Sobre o poder na Baixada Fluminense: o exemplo do município de Nilópolis/RJ**. 2014, 140 p. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2014.

Submetido em: 15 de junho de 2020

Aprovado em: 25 de agosto de 2020

Publicado em: 24 de dezembro de 2020